



GT 54. Interculturalidade e Saúde Pública no Brasil: projeto social, político, ético e epistêmico.

Coordenador(es):

Maria Helena Ortolan (UFAM)

Ximena Pamela Claudia Diaz Bermudez (UNB - Universidade de Brasília)

Compartilhando a compreensão de Catherine Walsh (2009:14) sobre interculturalidade - "entendida como proceso y proyecto social, político, ético y epistémico -, a proposta do Grupo de Trabalho é reunir trabalhos resultantes de pesquisas etnográficas e também de reflexões de agentes atuantes no campo da saúde pública, com objetivo de promover discussões analíticas sobre a complexidade da implementação de políticas públicas de saúde pautadas pelo princípio intercultural em sociedades e Estados-nações que, efetivamente, mantêm estruturas sociais e políticas monolíticas. O desafio teórico-metodológico aqui é compreender a interação de culturas diversas e não seu isolamento. No contexto globalizado contemporâneo, com intensificação das relações entre povos de culturas diversas, Néstor García Canclini ressalta a necessidade do estudioso "converter-se em un especialista de las interseccion" (2005:101), considerando a interação das diferenças a partir de concepções como "desigualdade", "conexão/desconexão", "inclusão/exclusão". No campo da saúde pública no Brasil, por exemplo, a promoção da atenção à saúde indígena "contemplando a diversidade social, cultural, geográfica, histórica e política", como pretende a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, continua sendo um grande desafio político e epistêmico. Espera-se aqui discutir outros exemplos de atenção à saúde que exigem a interculturalidade, seja por diferenças étnicas ou mesmo outras.

?A Cultura Do Risco?: O escalpelamento como uma questão de saúde pública da Amazônia

Autoria: Diego Alano de Jesus Pereira Pinheiro (UFRN)

Para produzir esta etnografia, volto-me para análise das narrativas e trajetórias de dor e sofrimento de mulheres pescadoras e ribeirinhas vítimas de escalpelamento nas regiões de rios da Amazônia. Escalpelamento é um termo biomédico que refere-se ao arrancamento do couro cabeludo, no contexto investigado, é um acidente que ocorre através do enrolamento dos cabelos longos no eixo dos motores de pequenas embarcações confeccionadas por mestres carpinteiros. A pesquisa vem sendo desenvolvida desde 2018, em Belém-PA; em espaços de apoio, como na ONG dos Ribeirinhos Vítimas de Acidente de Motor ? ORVAM com mais de cem mulheres cadastradas; investigando políticas numa linguagem de prevenção produzidas pelo Estado. O acidente acontece principalmente com crianças, tendo suas vidas alteradas drasticamente, desde a privação do meio social por conta dos estigmas que sofrem ao abandono dos estudos e conjugues (quando adultas). A vida laboral com a pesca, torna-se impraticável devido as dores de cabeça e às altas temperaturas da Amazônia. Logo, suas trajetórias são tomadas por itinerários terapêuticos, com cirurgias plásticas, enxertos, inserção de próteses como orelhas e usam-se de perucas, uma vez que o escalpelamento impossibilita o crescimento de cabelos, assim, buscam através desses meios, reconstruírem seus corpos e ?autoestima? para tornarem-se, o que denominam, ?mulheres de verdade?. O Estado, por sua vez, entende o acidente por uma perspectiva que chamam de "cultura do risco", deste modo, atua elaborando políticas num discurso de combate e prevenção ao acidente. Fiscalizando embarcações que circulam sem o eixo de motor protegido, concedendo benefícios como aposentadoria, e agora, mais recente, formando os agentes de saúde comunitária para divulgarem para as populações ribeirinhas a respeito do escalpelamento. Desta maneira, questões como Deficiência, work Infantil e Acidente de work também integram o complexo debate que envolve o contexto desse acidente cruel e por vezes irreparável. Neste



sentido, sob a luz da Antropologia, busco refletir essas questões na interseção do Corpo, Saúde e Emoções.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: